



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre . . . . . 130\$
A 1.ª série . . . .	90\$	" . . . . . 48\$
A 2.ª série . . . .	80\$	" . . . . . 43\$
A 3.ª série . . . .	80\$	" . . . . . 43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## SUMÁRIO

### Ministério das Finanças:

**Portaria n.º 11:460** — Introduz alterações na actual tabela de valores de exportação, publicada pela portaria n.º 11:276.

### Ministério da Educação Nacional:

**Decreto-lei n.º 35:807** — Insere disposições relativas a matrículas, inscrições, transferências, exames e benefícios das bolsas de estudo, isenções e reduções de propinas nas Universidades.

### Ministério da Economia:

**Decreto n.º 35:808** — Altera para 1 de Outubro a data da abertura da caça — Determina que a venda de perdizes só seja permitida a partir de 15 do mesmo mês.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Superior  
e das Belas-Artes

**Decreto-lei n.º 35:807**

Considerando que se torna indispensável sujeitar a execução dos serviços de secretaria relativos a matrículas, inscrições, transferências, exames e benefícios das bolsas de estudo, isenções e reduções de propinas a normas aplicáveis a todas as Universidades, pondo termo à diversidade de processos e de prazos que actualmente se verifica;

Considerando a conveniência de se simplificarem os referidos serviços abolindo formalidades absolutamente inúteis;

Considerando que a experiência aconselha a que se alarguem as atribuições dos reitores no que respeita a esta matéria;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo 1.º** Matrícula é o acto pelo qual o aluno dá entrada na Universidade; inscrição é o acto que lhe facilita, depois de matriculado, a frequência das diversas disciplinas e cursos universitários.

§ 1.º São considerados alunos da Universidade todos os que nela estiverem matriculados e inscritos nos seus cursos.

§ 2.º Aqueles que interromperem por um ano a frequência da Universidade perdem a categoria de alunos, não podendo readquiri-la sem nova matrícula.

§ 3.º Não é permitida a inscrição simultânea em mais de um curso universitário, salvo tratando-se do curso de Ciências Pedagógicas.

§ 4.º É proibida a matrícula simultânea em duas ou mais Universidades. A violação do disposto neste parágrafo determinará a anulação das matrículas e inscrições e a instauração de processo disciplinar.

**Art. 2.º** Serão admitidos à matrícula nas Universidades os candidatos que concluírem os cursos complementares dos liceus com classificação não inferior a 14 valores ou aqueles que forem aprovados nos exames de aptidão para os cursos professados nas respectivas Faculdades, escolas e institutos.

§ 1.º A inscrição no curso de Ciências Pedagógicas é facultada aos diplomados com qualquer dos cursos complementares dos liceus e àqueles que possuam ou frequentem qualquer dos cursos indicados no artigo 3.º do decreto n.º 20.990, de 27 de Fevereiro de 1932.

§ 2.º Aos diplomados com um curso superior é autorizado o ingresso em qualquer curso universitário sem dependência da prestação de provas.

**Art. 3.º** Os candidatos à 1.ª matrícula e inscrição devem apresentar nas secretarias boletins dos modelos

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

### Portaria n.º 11:460

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do decreto-lei n.º 29:105, de 8 de Novembro de 1938, que se introduzam as alterações, pela forma abaixo indicada, na actual tabela de valores de exportação, publicada pela portaria n.º 11:276, de 27 de Fevereiro de 1946:

	Valor	Unidade
Desperdícios de lã:		
— penteada:		
— (peignon ou blousses) . . . . .	25\$00	Quilograma
— (saragoço) . . . . .	22\$00	"
— não especificados . . . . .	20\$00	"
Cal áerea:		
— em barricas, bidões ou caixas . .	1.200\$00	Tonelada
— a granel . . . . .	850\$00	"
Cimentos . . . . .	450\$00	"
Estanho metálico, em bruto ou afinado	70\$00	Quilograma
Corozo em botões . . . . .	75\$00	"
Madeira em obra:		
— em palitos . . . . .	30\$00	"
Palha de milho para cigarros . . . . .	35\$00	"
Aço em limas . . . . .	37\$00	"
Prata em obra não especificada . . . .	1.550\$00	"
Fósforos . . . . .	14\$00	"

Ministério das Finanças, 15 de Agosto de 1946.— Pelo Ministro das Finanças, Joaquim Dinis da Fonseca, Subsecretário de Estado das Finanças.